



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO-FACED
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

JULIANA SILVA DOS SANTOS

**A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O PAPEL DA
ESCOLA: um mapeamento das produções acadêmicas do Curso de Pedagogia na
plataforma BDM da UFPA (2021-2025)**

**BRAGANÇA-PA
2025**

JULIANA SILVA DOS SANTOS

**A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O PAPEL
DA ESCOLA: um mapeamento das produções acadêmicas do Curso de Pedagogia na
plataforma BDM da UFPA (2021-2025)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Pará, do Campus Universitário Bragança, como requisito para obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof.º Me. Francisco Cláudio Araújo Castro da Paz

**BRAGANÇA-PA
2025**

JULIANA SILVA DOS SANTOS

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O PAPEL DA ESCOLA: um mapeamento das produções acadêmicas do Curso de Pedagogia na plataforma BDM da UFPA (2021-2025)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Pará, do Campus Universitário Bragança, como requisito para obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof.º Me. Francisco Cláudio Araújo Castro da Paz

Banca Examinadora

Professor Me. Francisco Cláudio Araújo Castro da Paz – Orientador (FACED/UFPA)

Assinatura _____

Professora Dr^a. Ana Paula Vieira e Souza – Coorientadora (FACED/UFPA)

Assinatura _____

Professor Dr. Emerson Araujo de Campos – Avaliador Externo (IFPA/Bragança)

Assinatura _____

“Dedico este trabalho a Deus e à minha família, que sempre foram minha inspiração e força, e a todos que lutam pelos direitos e proteção de crianças e adolescentes.”

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda a sabedoria e luz, agradeço pela vida, pela saúde e por ter me sustentado em todos os momentos desta jornada acadêmica. Sem a Sua graça e misericórdia, nada disso seria possível.

À minha família, alicerce de toda caminhada, em especial ao meu pai, João Pereira, minha mãe, Maria do Rozario, e meus irmãos, Geovana dos Santos e João Vitor dos Santos, expresso minha eterna gratidão pelo amor incondicional, paciência, compreensão e incentivo constante. Cada palavra de apoio, cada gesto de carinho e cada demonstração de confiança foram fundamentais para que eu tivesse forças de seguir em frente, mesmo diante dos desafios.

Ao meu orientador, professor Me. Francisco Cláudio Araújo Castro da Paz, expresso minha gratidão, e minha coorientadora, professora Dra. Ana Paula Vieira e Souza, registro meus sinceros reconhecimentos pela dedicação, paciência e pelas partilhas generosas de seus conhecimentos. Suas orientações atenciosas, contribuições valiosas e seus olhares críticos foram decisivos para a construção deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Estendo ainda meus agradecimentos a todos os professores que contribuíram para minha formação, aos colegas de curso pelo companheirismo. Destaco meus amigos André Romão, Alessandra Brito, Jessica Hernandez, Ithaísii Santos e Talita Mescouto, que tornaram meus dias mais leves durante a trajetória acadêmica, e às pessoas que, de forma direta ou indireta, fizeram parte desta trajetória, deixando nela marcas de apoio, incentivo e amizade. A todos, minha mais profunda gratidão.

“Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante.” – Paulo Freire

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma grave violação de direitos humanos e um desafio para a sociedade, especialmente para a escola, que atua como espaço de proteção e prevenção. Este estudo tem como objetivo analisar as monografias produzidas no curso de Pedagogia da UFPA, no período de 2021 a 2025, para compreender o papel da escola no enfrentamento dessa violência. O campo teórico adotado nesta pesquisa baseia-se na perspectiva dos direitos humanos e da proteção à infância e adolescência, com fundamentação em autores como Faleiros (1995), Sanderson (2005), Faleiros; Faleiros (2008), Minayo (2006), Miranda (2016), entre outros estudiosos da violência sexual contra crianças e adolescentes. A pesquisa é de natureza exploratória e qualitativa, baseada em estudo documental das produções acadêmicas disponíveis na Biblioteca Digital de Monografias da UFPA. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, fundamentada em Bardin (2016), permitindo identificar categorias, abordagens e perspectivas teóricas presentes nos trabalhos, contribuindo para a compreensão das estratégias escolares de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. As produções analisadas revelam que a escola é concebida, em grande parte, como espaço estratégico de proteção e prevenção, ainda que enfrente limites institucionais, formativos e sociais para exercer plenamente esse papel. As abordagens destacaram a centralidade dos direitos humanos, a prevenção educativa, a gestão escolar e a articulação intersetorial, além da necessidade de considerar as vulnerabilidades específicas de determinados territórios e grupos sociais. Os limites evidenciam a necessidade de pesquisas mais aprofundadas, com metodologias avaliativas e maior sistematização teórica, para que as práticas escolares não fiquem restritas a iniciativas pontuais ou isoladas.

Palavras-chave: Violência sexual. Crianças e adolescentes. Escola. Pedagogia. UFPA.

ABSTRACT

Sexual violence against children and adolescents constitutes a serious human rights violation and a challenge for society, especially for schools, which act as spaces for protection and prevention. This study aims to analyze the monographs produced in the Pedagogy program at UFPA, from 2021 to 2025, to understand the role of schools in confronting this violence. The theoretical framework adopted in this research is based on the perspective of human rights and the protection of children and adolescents, based on authors such as Faleiros (1995), Sanderson (2005), Faleiros (2008), Minayo (2006), Miranda (2016), among other scholars of sexual violence against children and adolescents. The research is exploratory and qualitative in nature, based on a documentary study of academic productions available in the UFPA Digital Monograph Library. Data analysis was conducted using content analysis, as defined by Laurence Bardin (2016), allowing us to identify categories, approaches, and theoretical perspectives present in the studies, contributing to the understanding of school strategies for addressing sexual violence against children and adolescents. The analyzed works reveal that schools are largely conceived as strategic spaces for protection and prevention, even though they face institutional, educational, and social limitations in fully fulfilling this role. The approaches highlighted the centrality of human rights, educational prevention, school management, and intersectoral coordination, as well as the need to consider the specific vulnerabilities of certain territories and social groups. These limitations highlight the need for more in-depth research, with evaluative methodologies and greater theoretical systematization, so that school practices are not restricted to specific or isolated initiatives.

Keywords: Sexual violence. Children and adolescents. School. Pedagogy. UFPA.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDM	Biblioteca Digital de Monografias
BDM-UFPA	Biblioteca Digital de Monografias da Universidade Federal do Pará
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
PA	Pará
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	12
3. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: incursões teórico-jurídicas e pedagógicas.....	14
4. PANORAMA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O PAPEL DA ESCOLA: mapeamento da produção acadêmica da UFPA.....	19
4.1 ANÁLISE DAS MONOGRAFIAS SELECIONADAS.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes configura-se como uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública que impacta diretamente o desenvolvimento físico, emocional e social dos sujeitos em formação. No âmbito educacional, a escola ocupa lugar estratégico no enfrentamento dessa realidade, tanto na identificação de situações de violência quanto na construção de práticas pedagógicas voltadas à prevenção e proteção. A presente pesquisa busca analisar a produção acadêmica recente do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA) no período de 2021 a 2025, para compreender como a temática tem sido abordada e quais recomendações são propostas para o contexto escolar.

O período de 2021 a 2025 foi selecionado porque permite analisar pesquisas recentes, alinhadas ao contexto atual. Esse recorte abrange desde os impactos da pandemia de COVID-19 que trouxeram novas vulnerabilidades, como o aumento da violência no ambiente doméstico e o uso das mídias digitais para práticas abusivas até as respostas mais recentes que as escolas e políticas educacionais têm tentado formular. Assim, a análise no recorte temporal de 2021-2025 possibilita compreender desafios emergentes, práticas inovadoras e lacunas ainda presentes na abordagem do tema.

No Brasil, os índices de violência sexual permanecem alarmantes, revelando a persistência de práticas de abuso e exploração que atingem, sobretudo, sujeitos em condições de vulnerabilidade social (Faleiros, 2008; Minayo, 2006). Nesse cenário, a escola se destaca como espaço estratégico tanto para a identificação de sinais e denúncias quanto para a construção de práticas de prevenção e proteção integral, assumindo papel fundamental no enfrentamento dessa realidade (Nóvoa, 1995).

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário de Bragança da UFPA, o curso tem por finalidade a formação do/a pedagogo/a habilitado/a para trabalhar na docência em diferentes níveis de ensino, como na educação infantil, no ensino fundamental e ensino médio, na modalidade regular das disciplinas de formação pedagógica, bem como na gestão e coordenação e em ambientes não escolares (UFPA, 2012).

A opção pelo curso de Pedagogia da UFPA justifica-se pelo papel central dessa formação na preparação de docentes que atuam diretamente na educação básica, sendo os profissionais mais próximos das situações de violência vividas por crianças e adolescentes. Mapear a produção acadêmica desse curso permite captar não apenas os debates teóricos, mas

também propostas práticas que possam orientar o trabalho pedagógico e a formulação de políticas públicas.

Além disso, ao sistematizar o conhecimento produzido, a pesquisa contribui para a construção de um estado do conhecimento, identificando tendências, lacunas e potencialidades. Esta investigação é relevante social e cientificamente na medida em que oferece subsídios para o debate acadêmico, fortalecendo e incentivando a promoção de políticas públicas e práticas pedagógicas de proteção integral de crianças e adolescentes (Oliveira, 2022).

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Brasil, 2000)¹ organiza diretrizes em torno de eixos estratégicos, tais como prevenção, responsabilização de agressores, atendimento especializado às vítimas e mobilização social. Esses elementos continuam a nortear políticas e ações implementadas nos diferentes níveis da federação. Paralelamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei n.º 8.069/1990, consolidou o princípio da proteção integral, assegurando prioridade absoluta à infância e adolescência (Brasil, 1990).

O Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Pará², de vigência de 2021 a 2031, revela que, entre as vítimas, 74,2% são do sexo feminino e 25,8% do sexo masculino, sendo a faixa etária de 1 a 5 anos a mais atingida, com 51,2% dos casos. Esse dado reforça a necessidade de desconstruir estigmas e compreender que a violência sexual atravessa diferentes perfis, atingindo indistintamente meninos e meninas.

Autores como Faleiros e Faleiros (2008) e Miranda (2016) ressaltam que o abuso sexual pode ocorrer tanto em contextos intrafamiliares quanto extrafamiliares. No primeiro caso, o agressor é alguém do núcleo de convivência próximo, como pais, irmãos, avós, tios ou primos, o que dificulta a revelação, já que a vítima pode não reconhecer de imediato o abuso ou sentir-se ameaçada e culpada devido ao vínculo afetivo existente. No contexto extrafamiliar, os abusadores podem ser vizinhos, educadores, líderes religiosos, amigos da família ou mesmo desconhecidos. Conforme observam Azevedo *et al.* (2018), muitas vítimas carregam a falsa

¹ O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, publicado em 2000, é uma política pública que orienta ações integradas de prevenção, atendimento às vítimas, responsabilização dos agressores e mobilização social, tendo como objetivo garantir a proteção integral prevista no ECA (1990). BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: SEDH, 2000.

² PARÁ. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Pará: 2021-2031**. Belém: SEASTER, 2021. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/data/files/C2/27/17/44/72649710AAB61497180808FF/17.1%20Plano%20Estadual%20de%20Enfrentamento.pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

ideia de que provocaram o ato e, por isso, convivem com medo constante de denunciar em função das ameaças impostas pelos agressores.

A gravidade da situação aumenta quando, ao relatar o ocorrido a um adulto de confiança, a criança ou adolescente tem sua voz silenciada ou desacreditada. Muitas vezes, familiares ou responsáveis relativizam a denúncia, afirmando que “tal pessoa jamais faria isso”, o que aprofunda a dor emocional da vítima. O abuso sexual, portanto, não se limita às consequências físicas, ele provoca traumas psicológicos que podem perdurar ao longo da vida, exigindo atenção não apenas de órgãos de proteção, mas também da sociedade em geral.

Nesse contexto, a escola se configura como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações preventivas e de identificação precoce de situações de abuso. Por ser um ambiente de socialização, troca de experiências e convivência comunitária, a escola pode exercer papel decisivo no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, funcionando como espaço de proteção.

A relevância desta pesquisa se justifica por oferecer subsídios para a compreensão das práticas acadêmicas produzidas no âmbito do curso de Pedagogia sobre a temática, contribuindo para a construção de um panorama atualizado que auxilie a formulação de políticas educacionais mais eficazes. Além disso, pretende-se dar visibilidade a um problema que, embora frequentemente silenciado, exige respostas urgentes, tanto no campo das políticas públicas quanto na formação de profissionais da educação.

O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil tem raízes em mobilizações sociais que se intensificaram a partir da década de 1980 (Faleiros; Faleiros, 2008). Nesse período, diversas entidades da sociedade civil passaram a atuar na defesa de meninos e meninas em situação de violência e vulnerabilidade, incluindo aqueles em situação de rua. Essas iniciativas, ainda que pontuais, abriram caminhos para a formulação de políticas mais amplas e estruturadas.

Com a redemocratização do país em 1985 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o tema ganhou maior centralidade. A Carta Magna de 88 estabeleceu, em seus artigos 227 e 228, que a proteção integral da infância e adolescência constitui dever da família, da sociedade e do Estado, devendo ser assegurada com prioridade absoluta (Brasil, 1988). Esse marco jurídico fundamentou avanços significativos na consolidação de direitos.

Em 1990, foi sancionada a Lei nº 8.069, que instituiu o ECA, representando uma mudança paradigmática no modo como o Brasil lida com questões relativas à infância e adolescência. O ECA consolidou a noção de proteção integral e detalhou responsabilidades

compartilhadas entre família, sociedade civil e poder público, assegurando direitos fundamentais como saúde, educação, lazer e dignidade (Brasil, 1990).

Ainda nos anos 1990, foram criados o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)³, em 1991, e diversas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que investigaram a exploração sexual infantojuvenil. Essas mobilizações contribuíram para trazer o tema à esfera pública, promovendo maior visibilidade e mobilização social.

Um marco simbólico na luta contra essa forma de violência foi a instituição do 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, pela Lei nº 9.970/2000. A data rememora o caso da menina Araceli Cabrera, vítima de abuso e assassinato em 1973, e reforça a necessidade de não silenciar diante da violência sexual infantojuvenil.

Minayo (2006) enfatiza que a violência sexual tem impacto duradouro na saúde física e mental, sendo capaz de provocar desde transtornos de ansiedade e depressão até dificuldades de socialização ao longo da vida. Faleiros e Faleiros (2008), por sua vez, destacam que a escola pode se constituir em espaço estratégico de proteção, desde que disponha de profissionais preparados e articulação efetiva com a rede de proteção.

Nesse percurso histórico, percebe-se que a escola assume papel central, não apenas como espaço de aprendizagem formal, mas também como ambiente privilegiado de proteção, detecção e denúncia. Ao lado de conselhos tutelares, órgãos de justiça e redes de saúde, a instituição escolar pode se consolidar como linha de frente no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

A elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se justifica, também, por sua relevância acadêmica, social e pedagógica, uma vez que contribui para a ampliação do conhecimento acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes e promove o fortalecimento das práticas preventivas e educativas nas escolas, além de ajudar a compreender como as escolas e os conselhos tutelares, enquanto atores centrais na proteção de crianças e adolescentes, lidam com a identificação, prevenção e enfrentamento da violência sexual.

O papel da educação no enfrentamento do abuso sexual não se limita à transmissão de conhecimentos, mas também inclui a formação de uma cultura de proteção e a articulação com políticas públicas voltadas à defesa dos direitos infantojuvenis (Oliveira, 2023). Compreender essas práticas é essencial para propor estratégias que fortaleçam a atuação docente e escolar

³ Criado pela Lei nº 8.242/1991, o CONANDA é um órgão colegiado de caráter deliberativo e controlador da política nacional de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, responsável por formular diretrizes, acompanhar e fiscalizar a implementação do ECA em âmbito nacional.

frente a essa problemática, contribuindo para a promoção de um ambiente seguro e acolhedor para crianças e adolescentes.

A contribuição deste estudo para o conhecimento científico se dá pela análise das práticas pedagógicas e de proteção identificadas nos TCC's do curso de Pedagogia da UFPA. Ao investigar a abordagem dada à violência sexual nesses trabalhos, este estudo busca fornecer subsídios teóricos e práticos para aprimorar as políticas educacionais, capacitar docentes e gestores escolares e orientar ações preventivas que garantam a proteção integral das crianças e adolescentes.

Interessei-me por este tema porque compreendo a violência sexual infantojuvenil como uma realidade dura e muitas vezes silenciada, que atravessa famílias, escolas e comunidades, o tema é bastante sensível, mas é extremamente necessário dar voz e visibilidade a essa problemática que perpassa também minha história de vida, eu sofri abuso sexual na infância e isso gerou vários problemas tanto físico como mental, durante várias etapas da minha vida escolar estive com depressão inclusive quando estava cursando o curso de Pedagogia na UFPA campus de Bragança. Mas sempre fui muito esforçada e tinha o propósito que através da educação poderia mudar minha realidade e ajudar crianças e adolescentes a se empoderar e encorajar para denunciar as violências sofridas.

O assunto me mobiliza por despertar tanto indignação diante das injustiças sofridas pelas vítimas, quanto esperança no papel transformador da educação. Acredito que a escola, ao lado da rede de proteção, pode se tornar um espaço estratégico de acolhimento, prevenção e construção de uma cultura de respeito e proteção aos direitos das crianças e adolescentes. Foi esse sentimento de compromisso social e a certeza de que a educação pode salvar vidas que despertaram meu interesse em aprofundar o estudo dessa temática.

Além disso, o estudo se justifica pelo impacto social do tema. A violência sexual infantil gera consequências físicas, emocionais e psicológicas profundas, incluindo traumas, baixa autoestima, dificuldades de aprendizagem, isolamento social e alterações no desenvolvimento infantil. Assim, é fundamental que a escola, em parceria com órgãos de proteção e a comunidade, esteja preparada para identificar sinais de abuso, encaminhar casos e apoiar as vítimas, promovendo a restauração de seus direitos e assegurando seu bem-estar integral.

A atualidade do tema é evidente, considerando que, apesar dos avanços legislativos e institucionais com a Constituição Federal de 1988, o ECA e o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de 2013, a incidência de casos continua elevada e a efetividade das ações educativas e preventivas ainda carece de consolidação em muitos contextos escolares.

A produção acadêmica no curso de Pedagogia da UFPA ainda revela lacunas significativas no que concerne à tematização da violência sexual contra crianças e adolescentes, e a forma como as escolas, os órgãos de proteção e a comunidade educativa se envolvem nesse enfrentamento. Embora existam estudos que tratam do abuso sexual e da violência sexual sob diferentes ângulos como os demais contextos sociais ou midiáticos, poucos aprofundam como esse fenômeno é percebido, estudado e aplicado nos trabalhos de conclusão de curso da UFPA em Pedagogia, limitando o entendimento sobre práticas escolares e recomendações concretas.

Nesse sentido, o **problema** que norteia esta pesquisa parte da seguinte indagação: Quais as contribuições das monografias produzidas no curso de Pedagogia da UFPA no período de 2021 a 2025 para o entendimento do papel da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

Essa problemática desdobra-se em outras **questões norteadoras**: De que maneira as pesquisas reconhecem a escola como espaço de prevenção e proteção? Quais são as lacunas ainda existentes na abordagem pedagógica do tema? Que recomendações práticas são apresentadas e como estas podem dialogar com políticas públicas de proteção à infância e adolescência?

A pesquisa tem como **objetivo geral**: analisar a produção acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no período de 2021 a 2025, com ênfase no papel da escola. Sobre os **objetivos específicos**: a) mapear e categorizar as monografias do curso de Pedagogia da UFPA que abordam a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes no período de 2021 a 2025; b) identificar as principais abordagens, problemáticas e perspectivas teóricas adotadas nas produções acadêmicas sobre a temática, destacando o papel da escola no enfrentamento desse fenômeno; e c) analisar as contribuições, limites e recomendações dessas pesquisas, no sentido de compreender o papel da escola na prevenção, identificação e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

No que se refere à estrutura, este TCC está organizado em quatro sessões. A introdução tem como propósito apresentar os elementos gerais da pesquisa, situando o leitor quanto ao problema investigado, aos objetivos, às questões norteadoras, à justificativa e à relevância da investigação, funcionando também como uma porta de entrada para a discussão proposta. A segunda sessão contempla os pressupostos teórico-metodológicos, detalhando a abordagem escolhida, os procedimentos adotados, a técnica utilizada e os instrumentos de coleta, interpretação e análise dos dados.

Na terceira sessão, são discutidas as incursões teóricas, jurídicas e pedagógicas em torno da violência sexual contra crianças e adolescentes, de modo a evidenciar sua complexidade e a necessidade de compreendê-la em múltiplas dimensões. Em seguida, a quarta sessão apresenta o mapeamento das produções acadêmicas do curso de Pedagogia da UFPA sobre a temática, identificando os principais problemas levantados, abordagens teóricas utilizadas, contribuições dos trabalhos, bem como suas indicações e recomendações para o papel da escola no enfrentamento dessa forma de violência. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados, apontando as contribuições da pesquisa para o campo da educação e sugerindo novos caminhos de investigação.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A pesquisa adota como pressuposto metodológico a abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender em profundidade os sentidos, significados e discursos produzidos em torno da violência sexual contra crianças e adolescentes e o papel da escola nesse enfrentamento a partir do mapeamento das produções acadêmicas do curso de Pedagogia da UFPA do período de 2021 a 2025.

De acordo com Minayo (2010), o método qualitativo é o que se aplica ao estudo das relações e das representações, trata-se de um método com fundamento teórico, permitindo desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propiciando a construção de diferentes abordagens, revisão, criação de novos conceitos, categorias, hipóteses e tipologias.

Sobre a abordagem qualitativa, Farias Filhos e Arruda Filho destacam que (2015, p. 140):

Na pesquisa qualitativa, o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas matérias-primas dessa abordagem. É o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana, o objeto da abordagem qualitativa.

A opção pela abordagem qualitativa da pesquisa ocorreu em função da natureza do objeto de estudo, calcada na investigação sobre o mapeamento das produções acadêmicas do curso de Pedagogia da UFPA, de modo que a partir de tal abordagem, é possível analisar as contribuições, limites e recomendações dessas pesquisas, no sentido de compreender o papel da escola na prevenção, identificação e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Além disso, ao viabilizar maior flexibilidade para definição dos referenciais teórico-metodológicos, o modelo qualitativo de pesquisa oportuniza explicar os fenômenos e compreender os alcances e limites da investigação (Farias Filho; Arruda Filho, 2015). Do ponto de vista metodológico, a pesquisa realiza uma investigação documental e teórica. A pesquisa documental caracteriza-se pelo exame de documentos acadêmicos e institucionais, sendo, nesse caso, as monografias produzidas no âmbito do curso de Pedagogia da UFPA, disponíveis na Biblioteca Digital de Monografias da Universidade Federal do Pará (BDM-UFPA).

Trata-se de um repositório institucional voltado ao acesso aberto das produções acadêmicas de graduação e especialização, especialmente os TCC's e monografias da UFPA. A BDM permite que qualquer usuário realize busca pelos títulos, autores, assuntos, orientadores, campus e ano de defesa, de forma digital, geralmente em formato PDF, por meio do sistema de coleção digital da UFPA. O repositório funciona sob o software DSpace, voltado à preservação digital e à interoperabilidade das produções, garantindo sua disponibilidade contínua e a difusão do conhecimento produzido na instituição (UFPA, 2025).

No âmbito desta pesquisa, a BDM-UFPA foi utilizada como fonte documental principal para o mapeamento de produções acadêmicas do curso de Pedagogia que tratam do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes. A busca foi realizada mediante os descritores “violência sexual” e “violência sexual contra criança e adolescente”, com filtragem por curso (Pedagogia) e período delimitado (2021-2025). Foram coletadas as monografias pertinentes e analisados seus resumos e, quando necessário, o texto integral, a fim de identificar problemas levantados, abordagens teóricas, contribuições e recomendações quanto ao papel da escola. Essa estratégia aproxima-se de uma revisão documental e de literatura, pois a BDM fornece trabalhos primários de pesquisa que permitem compreender tendências, lacunas e contribuições específicas no contexto acadêmico da UFPA (Gil, 2008; Cellard, 2008).

Esse banco constitui-se como um repositório acadêmico institucional, no qual estão reunidos os trabalhos de conclusão de curso defendidos na universidade, permitindo a consulta pública e a preservação da produção científica discente. Segundo Cellard (2008), a pesquisa documental possibilita uma análise aprofundada a partir de registros já existentes o que amplia as possibilidades de compreensão dos fenômenos sociais investigados.

No campo teórico, o estudo realiza uma incursão em referenciais que abordam a violência sexual contra crianças e adolescentes sob perspectivas jurídicas, pedagógicas e sociais, destacando o ECA e outros documentos legais e orientadores que fundamentam o papel da escola na proteção e prevenção desses casos. A análise documental, nesse sentido, envolve tanto a interpretação das normativas jurídicas quanto o diálogo com produções acadêmicas que

tematizam a problemática. Conforme Ludke e André (2013), a pesquisa documental aliada à abordagem qualitativa permite um olhar contextualizado e crítico, essencial para o campo educacional.

Nesse sentido, o estudo assume caráter exploratório, pois pretende identificar e mapear as produções acadêmicas do curso de Pedagogia da UFPA voltadas à temática em questão, buscando compreender as abordagens, os problemas levantados e as recomendações que emergem dessas investigações (Gil, 2008). Assim, os pressupostos teórico-metodológicos deste trabalho se alicerçam na pesquisa qualitativa, documental e exploratória, compreendendo o fenômeno em estudo a partir de múltiplas dimensões, ao mesmo tempo em que busca mapear a produção acadêmica existente e contribuir com reflexões para o fortalecimento do papel da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A pesquisa adota como instrumento para interpretação dos resultados a análise de conteúdo, conforme orientações de Bardin (2016). Esta técnica permite a interpretação sistemática das informações contidas nos documentos selecionados, possibilitando identificar categorias temáticas, padrões de discurso e tendências emergentes nas produções acadêmicas. Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo envolve a codificação de informações, a categorização de dados e a inferência de significados subjacentes, o que garante uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos estudados a partir dos registros textuais disponíveis.

Além disso, a análise será complementada pela perspectiva metodológica de Franco (2018), que ressalta a importância de considerar a dimensão contextual e interpretativa dos documentos, articulando-os à realidade social e educacional em que se inserem. Dessa forma, a pesquisa não se limita à contagem de ocorrências de temas, mas busca compreender as representações e concepções presentes nas produções acadêmicas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. A abordagem integrada de Bardin (2016) e Franco (2018) oferece uma base sólida para interpretar criticamente os conteúdos, promovendo uma análise qualitativa rigorosa que contribui para a construção de conhecimento fundamentado e relevante para o campo educacional.

3. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: incursões teórico-jurídicas e pedagógicas

A presente sessão procura realizar uma incursão multidimensional sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, articulando fundamentos teóricos, marcos jurídicos e implicações pedagógicas. O objetivo é delimitar conceitualmente o fenômeno a partir de

aproximações da epidemiologia, da psicologia e das ciências sociais, bem como examinar o arcabouço legal brasileiro que protege crianças e adolescentes e regula procedimentos de acolhimento e responsabilização.

Além disso, discutir como a escola se configura, ao mesmo tempo, como espaço de risco, de silêncio e como potencial *locus* de prevenção, identificação e cuidado. Esta abordagem orienta a leitura crítica das monografias mapeadas no curso de Pedagogia da UFPA e subsidia a análise documental proposta no presente trabalho.

A trajetória histórica da violência contra crianças e adolescentes no Brasil revela práticas de abandono, exploração e disciplinamento desde o período colonial. Como destaca Faleiros (1995), desde o século XVI a relação entre Igreja e Estado buscava não apenas o batismo e a catequização, mas também a incorporação da infância indígena ao trabalho compulsório. No período escravocrata, as crianças negras eram tratadas como mercadorias, com alto índice de mortalidade, sendo exploradas como força de trabalho ou brinquedos para filhos de senhores, mesmo após a Lei do Ventre Livre, de 1871. A marginalização também atingiu os filhos ilegítimos, muitos deles frutos da exploração sexual de mulheres escravizadas, o que deu origem à prática da “Roda dos Expostos”, implantada no século XVIII, que escondia a origem dessas crianças, mas mantinha índices de mortalidade de até 90% (Arruda, 2007).

No século XIX, com a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889), manteve-se a lógica de omissão do Estado, favorecendo instituições privadas e filantrópicas. Nesse período, emergem os higienistas, médicos preocupados com a mortalidade infantil e as condições de saúde, que defendiam práticas de saneamento e inspeção escolar, ao mesmo tempo em que reforçavam valores morais contra a ilegitimidade e a pobreza (Faleiros, 1995). A preocupação estatal voltou-se, sobretudo, à vigilância e correção da infância pobre, vista como ameaça à ordem social. A criação dos primeiros Tribunais de Menores, a partir de 1913, e o Código de Menores de 1927 institucionalizaram a distinção entre “abandonados” e “vadios”, reforçando um caráter tutelar e repressivo.

Com a Era Vargas (1930-1945), a industrialização e as políticas centralizadoras intensificaram o controle sobre a infância pobre. Foram criadas as delegacias de menores, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM, 1941) e posteriormente a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem, 1964), marcada pela doutrina da “situação irregular”, que associava pobreza e marginalidade a doença social. O Código de Menores de 1979 consolidou essa lógica, ampliando o poder do juiz sobre a vida das crianças, incluindo decisões sobre internações e adoções (Faleiros, 1995). Na prática, esses órgãos funcionaram mais como instrumentos de

repressão e disciplinamento do que de proteção, expondo crianças e adolescentes a maus-tratos, abandono e exclusão escolar.

Somente na década de 1980, no contexto de redemocratização, mobilizações sociais e influências da ONU, emergiu a doutrina da proteção integral, que reconheceu crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Essa concepção rompeu com a visão tutelar e assistencialista, fundamentando a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que estabeleceram novas bases para a cidadania infantojuvenil no Brasil. Como sintetiza Faleiros (1995, p. 24), “o resgate histórico evidencia que maus-tratos, violência e abandono marcaram a infância pobre no Brasil”, mas a proteção integral formulou uma resposta inovadora, conferindo-lhes lugar efetivo nas relações de cidadania.

Do ponto de vista conceitual, adota-se neste estudo a compreensão ampla usada pela literatura internacional: violência ou abuso sexual infantil envolve qualquer contato ou exposição de natureza sexual entre um adulto (ou adolescente mais velho) e uma criança que não tem condições de consentir, assim como condutas não-contato que expõem a criança a material ou práticas sexualizantes. Essa definição enfatiza a ausência de consentimento informado e o desequilíbrio de poder entre perpetrador e vítima, e abrange desde a exploração sexual comercial até atos intrafamiliares e práticas que impõem dano ao desenvolvimento (Finkelhor, 2009).

Sobre o conceito de violência sexual, Faleiros e Faleiros (2008, p. 39) definem:

A violência sexual pode acontecer de várias formas: através do contato físico, ou seja, por meio de carícias não desejadas, penetração oral, anal ou vaginal, com o pênis ou objetos, masturbação forçada, dentre outros; e sem contato físico, por exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em situação inadequada.

A partir dessa definição, depreende-se que diferentes práticas que visam a incitar a sexualidade de crianças e de adolescentes são consideradas como práticas de violência sexual. Dessa forma, infere-se que o conceito de violência sexual é multidimensional, e extrapola o ato sexual em si, mas que está intrinsecamente relacionado à violação da dignidade humana de crianças e adolescentes.

Segundo Sanderson (2005, p.17), a violência sexual contra crianças e adolescentes pode ser definida como:

O envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividades sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para a gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar um consen-

timento consciente por causa do desequilíbrio no poder, ou de qualquer incapacidade mental ou física. Essa definição exclui atividade consensual entre colegas.

A definição apresentada por Sanderson (2005) revela a essência da violência sexual contra crianças e adolescentes como resultado de uma relação assimétrica de poder. Segundo o autor, trata-se do envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividades sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para a gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder, ou de qualquer incapacidade mental ou física. Essa concepção evidencia que a exploração sexual está diretamente ligada à vulnerabilidade etária, física e social, que impossibilita a vítima de compreender ou consentir plenamente.

Ao destacar o desequilíbrio de poder, Sanderson (2005) amplia a análise para além da diferença cronológica de idade, incluindo elementos como maturidade emocional, capacidade de resistência e condições mentais. Tal perspectiva é fundamental porque reconhece que a violência sexual pode ocorrer mesmo em contextos nos quais o agressor não é significativamente mais velho, mas ainda assim se aproveita de uma posição de vantagem. Outro aspecto relevante da definição é a exclusão das práticas consensuais entre pares da mesma faixa etária, evitando a criminalização indevida de experiências próprias da adolescência.

Essa compreensão dialoga com estudos brasileiros, como os de Faleiros (2011) e Azevedo e Guerra (2006), que entendem a violência sexual como fenômeno relacional, atravessado por desigualdades de gênero, classe e idade. Desse modo, o abuso não se restringe a um ato individual de desvio moral, mas expressa relações sociais historicamente construídas de subalternização da infância e da adolescência.

No plano jurídico, o Brasil dispõe de um quadro normativo extenso para a proteção de crianças e adolescentes. O ECA consagra a proteção integral e reconhece a vítima como sujeito de direitos (Brasil, 1990). Complementarmente, o Código Penal tipifica condutas relacionadas à exploração e abuso sexual (por exemplo, artigos que tratam do estupro de vulnerável e do favorecimento à exploração sexual) e, mais recentemente, a Lei nº 13.431/2017⁴ estabeleceu o Sistema de Garantia de Direitos e procedimentos específicos de escuta e depoimento

⁴ A Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, criou o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, assim como estabeleceu os procedimentos da Escuta Especializada e do Depoimento Especial como métodos adequados para que crianças e adolescentes possam ser ouvidos.

especializado para vítimas e testemunhas infanto-juvenis, visando reduzir a revitimização durante o processo investigativo.

A Constituição Brasileira, o ECA e a Normativa Internacional nessa área têm como base a teoria da universalidade dos direitos humanos e os direitos peculiares à pessoa em desenvolvimento. O artigo 227⁵ da Constituição e o artigo 4^{o6} do ECA (que o transcreve) definem os direitos da população infanto-juvenil brasileira, bem como os responsáveis por garanti-los.

A doutrina e a jurisprudência brasileiras têm, por sua vez, consolidado entendimentos relevantes para a interpretação desses dispositivos: decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reforçam a presunção de vulnerabilidade (por exemplo, no crime tipificado pelo art. 217-A do Código Penal) e a inviabilidade de relativizar a proteção quando a vítima é menor de quatorze anos; comentários doutrinários e pareceres ministeriais ajudam a operacionalizar fluxos de atendimento interinstitucional e a qualificar a atuação escolar e profissional (Freitas, 2018).

No nível teórico-pedagógico e psicossocial, a pesquisa recorre a modelos que articulam as causas, dinâmicas e efeitos do abuso sexual na infância e adolescência. O trabalho de Finkelhor sobre dinâmicas traumáticas (traumatic sexualization, betrayal, stigmatization e powerlessness) oferece um quadro para compreender como o abuso afeta o desenvolvimento e a subjetividade da criança e orienta a leitura das consequências psíquicas e educativas desses eventos (Finkelhor, 1985; Finkelhor, 2009). A literatura pediátrica e de saúde pública sublinha os impactos de curto e longo prazo na saúde física e mental, o que reforça a necessidade de protocolos de cuidado integrados entre saúde, serviço social, segurança e escola (Pfeiffer, 2005).

Do ponto de vista pedagógico, a escola aparece na literatura como espaço ambíguo: pode ser local de proteção, denúncia e prevenção, quando dispõe de protocolos claros, formação docente e articulação com a rede, ou local de reprodução do silêncio, da estigmatização e da vulnerabilização, quando falta preparo e mecanismos formais de resposta. Estudos brasileiros recentes apontam lacunas nas práticas escolares de prevenção e atendimento, além de

⁵ Conforme dispõe o art. 227 da Constituição Federal de 1988: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 1988, art. 227).

⁶ Art. 4^o do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente a efetivação de seus direitos, facilitando sua participação na vida comunitária e social” (Brasil, 1990).

subnotificação e dificuldades dos profissionais em reconhecer e manejar situações de suspeita (Rodrigues, Mello, 2024).

Em termos práticos, a legislação indica procedimentos concretos que envolvem a escola: identificação e registro de sinais, comunicação aos órgãos de proteção (Conselho Tutelar, Ministério Público, polícia quando necessário), acionamento do fluxo intersetorial previsto pela Lei nº 13.431/2017 (escuta especializada/depoimento especial) e a implementação de programas de prevenção e educação sexual contextualizados e protegidos por políticas de salvaguarda. A articulação com a rede de garantia de direitos e o treinamento continuado de professores(as) e gestores(as) são apontados como elementos centrais para evitar a revitimização e garantir acolhimento.

Para além das categorias legais e institucionais, é necessário inserir a problemática em quadros críticos mais amplos: a noção de violência estrutural (Galtung, 1969) e o recorte interseccional (Crenshaw, 1991) ajudam a compreender como desigualdades de classe, raça, gênero e idade ampliam riscos, dificultam a visibilidade dos casos e moldam as respostas institucionais. Assim, a violência sexual não pode ser reduzida ao ato específico praticado por um indivíduo; ela deve ser pensada como fenômeno atravessado por estruturas sociais que determinam padrões de exposição e de responsabilização.

As incursões teóricas, jurídicas e pedagógicas aqui delineadas orientam diretamente a estratégia analítica do mapeamento das monografias do curso de Pedagogia da UFPA. Na leitura documental serão identificados como os trabalhos definem e enquadram a violência sexual, quais marcos legais e normativos citam e como os mobilizam, que repertórios teóricos predominam (psicológico, jurídico, sociológico, pedagógico), quais recomendações e propostas de intervenção escolar são propostas, e lacunas metodológicas e temáticas. Essa triangulação entre teoria, legislação e práticas pedagógicas dará suporte à interpretação qualitativa dos achados.

4. PANORAMA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O PAPEL DA ESCOLA: mapeamento da produção acadêmica da UFPA

A presente sessão busca apresentar um panorama sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes a partir do mapeamento das produções acadêmicas levantadas na plataforma BDM da UFPA do curso de Pedagogia, enfatizando suas principais características, formas de manifestação e impactos, ao mesmo tempo em que destaca a relevância da escola

como espaço de prevenção e enfrentamento desse fenômeno. Essa contextualização se mostra fundamental para compreender os achados do estudo, que, na sequência, serão apresentados por meio do apanhamento da produção acadêmica em análise.

A pesquisa exploratória foi realizada na plataforma da BDM-UFPA, em setembro de 2025, onde se fez um levantamento de dados iniciais, utilizando o descritor “violência sexual” no período de 2021 a 2025, resultando em 165 trabalhos. Em seguida, a busca foi refinada com o descritor “violência sexual contra crianças e adolescentes”, no mesmo recorte temporal, encontrando 64 Trabalhos de Conclusão de Curso.

Foram incluídos trabalhos de conclusão de curso de licenciatura em Pedagogia produzidos na UFPA entre 2021 e 2025, que abordassem: violência sexual contra crianças e adolescentes, ações educativas de prevenção, atuação do Conselho Tutelar em parceria com escolas, políticas públicas de proteção e estratégias de intervenção pedagógica. A seleção considerou ainda trabalhos que apresentassem análise de dados, relato de práticas escolares ou estudo de casos relevantes ao tema.

Foram excluídos trabalhos que não tivessem relação direta com violência sexual infantojuvenil, que tratassem de temas gerais de educação sem foco em proteção infantil, estudos de outras áreas do conhecimento que não fossem Pedagogia. Também foram descartadas publicações fora do período determinado (antes de 2021), garantindo que a pesquisa refletisse apenas conhecimentos recentes e aplicáveis ao contexto atual.

Ao analisar os trabalhos por ano, identificou-se que em 2021 foram encontrados 16 trabalhos acadêmicos, sendo apenas 10 do curso de Pedagogia. No ano de 2022, foram encontrados 13 trabalhos científicos, com 6 referentes à Pedagogia. Já em 2023, o número subiu para 22 trabalhos, das quais 8 são de Pedagogia. Em 2024, foram encontrados 10 trabalhos, com 2 sendo do curso de Pedagogia. Por fim, em 2025, foram localizados 4, 2 do curso de Pedagogia, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Pesquisas encontradas na BDM-UFPA

Período	Plataforma BDM	Pesquisas encontradas
(2021-2025)	Descritor “violência sexual”	Foram encontrados 165 tcc’s de diversos cursos
	Descritor “violência sexual contra crianças e adolescentes”	Foram encontrados 64 tcc’s de diversos cursos. Do curso de Pedagogia foram encontrados 28 trabalhos, dos quais 8 (oito) foram selecionados para análise.

Fonte: Autora (2025).

Optou-se pela escolha de trabalhos dos cursos de Pedagogia da UFPA, permitindo uma análise focada na perspectiva pedagógica do tema. De acordo com o quadro, foi encontrado um

total de 28 trabalhos referentes ao curso de Pedagogia. Após uma análise criteriosa feita a partir da leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 8 (oito) trabalhos que atendiam aos critérios de inclusão e que tinham como foco a temática da pesquisa.

Os trabalhos analisados estão distribuídos entre os anos de 2021 e 2025, abrangendo diferentes campi da UFPA, como Bragança, Abaetetuba, Capanema, Soure e Belém, o que evidencia a diversidade de contextos educacionais e sociais contemplados nas produções, conforme apresenta o quadro abaixo:

Quadro 2 – Mapeamento das produções de 2021-2025 na BDM-UFPA

Ano:	Título do TCC:	Autor:	Palavras-chave:	Campus/Cidade
2021	A educação em direitos humanos como eixo do planejamento curricular na educação básica: uma experiência no PIBID pedagogia da UFPA	Suellen Beatriz Barroso Pantoja	Educação para os Direitos Humanos; Planejamento; Currículo e Iniciação à Docência no PIBID.	Bragança
2022	O aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia relatada nas mídias digitais	Mayra Carolina da Costa Oliveira	Violência sexual; Crianças e Adolescentes; Pandemia; Mídias Digitais	Abaetetuba
	O abuso sexual contra crianças e adolescentes: perspectivas teóricas e o enfrentamento pela escola	Éden Taynara Cavalheiro Baia	Abuso Sexual; Crianças e adolescents; Escola.	Abaetetuba
2023	Problematizando a violência sexual no contexto educacional: Como as escolas têm se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual infantil	Silvielly Andrade de Oliveira	Violência sexual infantil; Conscientização; Combate e contexto escolar.	Bragança
	Reflexões formativas sobre minhas experiências como educadora social no CRAS de Santarém Novo-Pará	Esmeralda de Jesus Barata Raiol	CRAS; Assistência Social; Pedagogia Social; Educador Social; experiências.	Capanema
	Educação infantil do e no campo na amazônia paraense: um olhar a partir do município de Soure	Bianca Nazaré Pantoja	Educação Infantil do e no Campo; Amazônia paraense; Atendimento.	Soure
2024	Um olhar sobre a necessidade de prevenção ao abuso infantil: um relato de experiência nos anos iniciais do ensino fundamental	Larissa Isabelle Maciel Bastos	Abuso infantil; Estágio Supervisionado; Projeto Didático-Pedagógico.	Belém
2025	Gestão escolar e coordenação pedagógica: desafios e perspectivas no cotidiano em uma escola de tempo integral de Abaetetuba	Josenaldo da Costa da Costa	Coordenação pedagógicas; Direitos das crianças; Escola de tempo integral; Estágio supervisionado; Gestão escolar.	Abaetetuba

Fonte: Autora (2025).

No ano de 2021, destaca-se o trabalho de Suellen Beatriz Barroso Pantoja, que aborda a educação em direitos humanos como eixo para o planejamento curricular na educação básica,

a partir de uma experiência no PIBID de Pedagogia. Embora não trate exclusivamente da violência sexual, esse estudo contribui para a discussão ao enfatizar a importância da formação em direitos humanos como fundamento para prevenir violações de direitos, entre elas o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em 2022, duas pesquisas se voltam de forma direta ao tema da violência sexual. O trabalho de Mayra Carolina da Costa Oliveira analisa o aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia, destacando a forma como esse fenômeno foi retratado nas mídias digitais, o que amplia a compreensão sobre a visibilidade social e midiática da questão. Já a pesquisa de Éden Taynara Cavalheiro Baia discute o abuso sexual contra crianças e adolescentes, enfocando as perspectivas teóricas e o papel da escola no enfrentamento, o que contribui diretamente para a análise do papel institucional da educação diante dessa violação.

No ano de 2023, encontram-se três trabalhos. O TCC de Silvielly Andrade de Oliveira examina de modo aprofundado como as escolas têm se posicionado na identificação e combate à violência sexual infantil, o que traz subsídios relevantes para compreender as práticas educativas e os desafios pedagógicos. Já o trabalho de Esmeralda de Jesus Barata Raiol não aborda diretamente a violência sexual, mas reflete sobre experiências formativas no CRAS, articulando a pedagogia social com práticas de proteção social, aspecto importante no enfrentamento a vulnerabilidades. Por sua vez, a pesquisa de Bianca Nazaré Pantoja discute a educação infantil no campo amazônico, com foco no município de Soure. Ainda que não trate diretamente da violência sexual, o estudo ajuda a situar a infância amazônica em contextos de vulnerabilidade social, aspecto que dialoga com as preocupações desta pesquisa.

No ano de 2024, o trabalho de Larissa Isabelle Maciel Bastos e Zenilda Botti Fernandes apresenta um relato de experiência nos anos iniciais do ensino fundamental, abordando a prevenção ao abuso infantil a partir do estágio supervisionado. Essa pesquisa contribui com reflexões práticas sobre como a escola pode atuar preventivamente diante de situações de violência sexual contra crianças.

Por fim, em 2025, o trabalho de Josenaldo da Costa da Costa analisa a gestão escolar e a coordenação pedagógica em escolas de tempo integral, em Abaetetuba, discutindo, entre outros pontos, os direitos das crianças. Ainda que seu foco principal seja a gestão e a coordenação pedagógica, traz elementos relacionados à proteção integral no cotidiano escolar, o que reforça a importância do papel institucional na garantia de direitos.

Assim, o quadro de TCCs analisados evidencia a pluralidade de enfoques: alguns trabalhos tratam de maneira direta da violência sexual contra crianças e adolescentes e do papel

da escola no enfrentamento, enquanto outros se inserem em discussões mais amplas sobre direitos humanos, infância em contextos de vulnerabilidade, proteção social e gestão escolar. Em conjunto, eles compõem um panorama rico e diversificado, que permite compreender como a produção acadêmica da Pedagogia da UFPA tem abordado o tema ao longo dos anos, contribuindo tanto com análises teóricas quanto com relatos de experiências práticas no campo educacional e social.

4.1 Análise das monografias selecionadas

A análise das oito monografias selecionadas do curso de Pedagogia da UFPA, produzidas entre os anos de 2021 e 2025, permitiu identificar diferentes abordagens e perspectivas teóricas em torno da temática da violência sexual contra crianças e adolescentes e o papel da escola nesse processo. Cada trabalho, a seu modo, contribuiu para a construção de um quadro diversificado que articula discussões sobre direitos humanos, práticas preventivas, gestão escolar, experiências pedagógicas e reflexões sobre vulnerabilidades sociais.

Em 2021, a pesquisa de Suellen Beatriz Barroso Pantoja destacou a educação em direitos humanos como eixo de planejamento curricular, apontando a necessidade de que a escola seja um espaço formativo que integre conteúdos relacionados à proteção e à cidadania. Embora não trate de forma exclusiva da violência sexual, esse trabalho fundamenta a ideia de que a prevenção deve estar ancorada em uma base de formação ética e cidadã. Esse enfoque dialoga com autores como Faleiros (2000) e Minayo (2014), que ressaltam a importância da educação como prática social orientada pela defesa dos direitos humanos.

Já em 2022, duas monografias voltaram-se diretamente ao tema da violência sexual. Mayra Carolina da Costa Oliveira analisou o aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia, dando ênfase à visibilidade que as mídias digitais conferiram a esse fenômeno. Essa abordagem evidencia novas formas de exposição e de vulnerabilidade, que exigem da escola um papel mais ativo na mediação digital e no acolhimento das vítimas. Por sua vez, Éden Taynara Cavalheiro Baia discutiu as perspectivas teóricas sobre o abuso sexual e o enfrentamento pela escola, destacando lacunas institucionais e a urgência de protocolos específicos de intervenção. Esses trabalhos corroboram a análise de Sanderson (2005), que define a violência sexual como uma violação que se aproveita da assimetria de poder.

Em 2023, Silvielly Andrade de Oliveira problematizou o papel da escola na identificação e no combate à violência sexual infantil, trazendo contribuições concretas sobre

como os profissionais da educação percebem e enfrentam tais situações. Esse estudo se alinha a uma perspectiva crítica, que entende a escola como espaço de proteção, mas também de contradições, pois enfrenta limites estruturais e formativos. No mesmo ano, Esmeralda de Jesus Barata Raiol, a partir de sua experiência como educadora social no CRAS, e Bianca Nazaré Pantoja, ao discutir a educação do campo, trouxeram elementos importantes para pensar a articulação intersetorial e as vulnerabilidades específicas de diferentes contextos amazônicos. Essas pesquisas reforçam a necessidade de considerar os determinantes sociais e territoriais, conforme indicam Faleiros (2002) e Minayo (2014), que abordam a violência em sua complexidade social e estrutural.

Em 2024, o trabalho de Larissa Isabelle Maciel Bastos e Zenilda Botti Fernandes apresentou um relato de experiência com foco na prevenção ao abuso infantil, a partir de práticas nos anos iniciais do ensino fundamental. A pesquisa mostra como intervenções pedagógicas, mesmo em pequena escala, podem produzir impacto formativo significativo, sugerindo a necessidade de replicabilidade em diferentes contextos. Esse enfoque encontra ressonância em estudos que defendem a pedagogia preventiva e a centralidade da escola como espaço de cuidado (Faleiros, 2000; UNICEF, 2020).

Por fim, em 2025, o trabalho de Josenaldo da Costa da Costa abordou a gestão escolar e a coordenação pedagógica em escolas de tempo integral, incluindo reflexões sobre os direitos das crianças e a necessidade de articulação entre gestão, professores e famílias. Ainda que não se concentre exclusivamente no abuso sexual, a pesquisa reforça que a proteção integral exige planejamento institucional e políticas internas de enfrentamento. Essa perspectiva dialoga com autores como Abramovay (2003), que discutem a importância das políticas educacionais como mecanismos de prevenção e proteção.

De forma geral, os trabalhos analisados apresentam contribuições significativas ao debate sobre a violência sexual e o papel da escola, mas também revelam limites. Entre eles, destaca-se a predominância de relatos descritivos e experiências locais, com pouca sistematização avaliativa ou análise longitudinal. Além disso, a formação docente ainda se mostra insuficiente para lidar com situações de abuso, e há carência de protocolos institucionais que orientem de forma clara o acolhimento e os encaminhamentos necessários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos da pesquisa, foi possível mapear e categorizar as monografias do curso de Pedagogia da UFPA (2021–2025), identificando diferentes enfoques sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. As produções analisadas revelam que a escola

é concebida, em grande parte, como espaço estratégico de proteção e prevenção, ainda que enfrente limites institucionais, formativos e sociais para exercer plenamente esse papel.

As abordagens destacaram a centralidade dos direitos humanos, a prevenção educativa, a gestão escolar e a articulação intersetorial, além da necessidade de considerar as vulnerabilidades específicas de determinados territórios e grupos sociais. Os limites evidenciam a necessidade de pesquisas mais aprofundadas, com metodologias avaliativas e maior sistematização teórica, para que as práticas escolares não fiquem restritas a iniciativas pontuais ou isoladas.

A principal contribuição desta pesquisa está em sistematizar e organizar a produção acadêmica sobre o tema, permitindo compreender não apenas o estado do conhecimento, mas também os caminhos possíveis para o fortalecimento das práticas escolares de prevenção, identificação e enfrentamento da violência sexual. Assim, este estudo se insere como uma referência para futuros trabalhos acadêmicos e para a formulação de políticas educacionais comprometidas com a proteção integral de crianças e adolescentes.

As análises realizadas evidenciaram que é relevante socialmente e educacionalmente a abordagem da temática sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, o número de trabalhos encontrados no curso de Pedagogia da UFPA, é bastante expressivo. Esse dado revela a importância da visibilidade do tema nas produções acadêmicas e deve ser ainda mais aprofundado pesquisas sobre o assunto, em uma região marcada por desigualdades sociais, vulnerabilidades e violências historicamente naturalizadas. Os estudos, nesse sentido, favorecem que a academia contribua de forma mais efetiva para a construção de práticas pedagógicas e políticas educativas voltadas ao enfrentamento dessa problemática.

Diante de tudo que foi mencionado ainda sim torna-se necessário ampliar os debates sobre a violência sexual nos diferentes campi da UFPA, fortalecendo o papel da universidade como espaço de produção de conhecimento crítico e socialmente comprometido. A inclusão sistemática dessa discussão em disciplinas, projetos de extensão, grupos de pesquisa e atividades formativas da Faculdade de Educação pode estimular novas investigações, subsidiar a atuação dos futuros pedagogos e contribuir para a formação de profissionais mais preparados para lidar com situações de vulnerabilidade no cotidiano escolar. Além disso, a descentralização das pesquisas, envolvendo campi do interior, é essencial para captar realidades locais e especificidades culturais que impactam diretamente na compreensão e enfrentamento do fenômeno.

Nesse processo, destaca-se a importância das políticas públicas de proteção e de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano

Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Essas políticas precisam ser fortalecidas e articuladas às práticas escolares, de modo que a escola não se limite a identificar situações de violência, mas atue como espaço de prevenção, conscientização e acolhimento. As instituições de ensino superior, como a UFPA, têm o papel estratégico de formar professores e profissionais da educação comprometidos com essas políticas, capazes de transformar a realidade local e contribuir para a construção de uma cultura de proteção integral à infância e adolescência.

As monografias do curso de Pedagogia da UFPA, no período de 2021 a 2025, contribuem para o entendimento do papel da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes ao evidenciarem três eixos centrais: (1) a escola como espaço privilegiado de identificação precoce e acolhimento das vítimas, ressaltando a necessidade de formação docente para lidar com sinais de abuso; (2) a importância de projetos pedagógicos que abordem a educação em direitos humanos e a prevenção da violência, ampliando o debate sobre sexualidade, proteção integral e cidadania no ambiente escolar; e (3) a articulação da escola com as famílias, a comunidade e a rede de proteção (Conselho Tutelar, Ministério Público, saúde e assistência social), reforçando a função social da escola como parceira estratégica no combate às violações de direitos.

Em síntese, as produções acadêmicas analisadas reafirmam que o papel da escola não se restringe ao ensino formal, mas envolve também o compromisso com a proteção integral, a prevenção de violências e a promoção de ambientes seguros e inclusivos, contribuindo, assim, para um olhar mais amplo sobre a função social e educativa da instituição escolar no enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2003.

ARRUDA, Felipe L. de A. **A rota dos expostos**: história da infância abandonada e da assistência social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

AZEVEDO, Maria Beatriz; ALVES, Marta da Silva; TAVARES, Júlia Rita Ferreira. Abuso sexual intrafamiliar em adolescentes e suas reflexões. **Psicologia América Latina**, México, n. 30, p. 7-25, jul. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2018000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 set. 2025.

AZEVEDO, Maria Beatriz; GUERRA, Marta da Silva. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**: aspectos psicológicos e sociais. São Paulo: Cortez, 2006.

BAIA, Éden Taynara Cavalheiro. **O abuso sexual contra crianças e adolescentes: perspectivas teóricas e o enfrentamento pela escola.** Orientadora: Eliana Campos Pojo Toutonge. 2022. 59 f. Trabalho de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BASTOS, Larissa Isabelle Maciel. **Um olhar sobre a necessidade de prevenção ao abuso infantil:** um relato de experiência nos anos iniciais do ensino fundamental. Orientadora: Zenilda Botti Fernandes. 2024. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

BRASIL. **Constituição (1988) da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.** Brasília: SEDH, 2000.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Josenaldo da Costa da. **Gestão escolar e coordenação pedagógica:** desafios e perspectivas no cotidiano em uma escola de tempo integral do município de Abaetetuba. 2025. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Abaetetuba, 2025.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

FARIAS FILHO, Manoel Carlos; ARRUDA FILHO, Edison José Maciel. **Planejamento da Pesquisa Científica.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Violência contra crianças e adolescentes:** enfrentamento e políticas públicas. 2. ed. Brasília: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Violência contra a infância.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Violência sexual contra crianças e adolescentes:** o desafio do enfrentamento. Brasília: UNICEF, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege:** enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2008. 100 p. (Coleção Educação para Todos; 31). Disponível em: https://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf. Acesso em: 24 set. 2025.

FINKELHOR, David. The prevention of childhood sexual abuse. **The Future of Children**, v. 19, n. 2, p. 169-194, 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19719027/>. Acesso em: 24 set. 2025.

FINKELHOR, David; BROWNE, Angela. The traumatic impact of child sexual abuse: a conceptualization. **The American Journal of Orthopsychiatry**, v. 55, n. 4, p. 530-541, 1985. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/4073225/>. Acesso em: 24 set. 2025.

FRANCO, Laura. **Análise de conteúdo em pesquisas qualitativas: aplicações e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2018.

FREITAS, Cláudia Maria de Lima. **A doutrina da proteção integral das crianças e adolescentes: uma análise crítica**. São Paulo: Cortez, 2018.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜDKE, Maria; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 7. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde: abordagens teóricas e práticas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MIRANDA, Adriana C. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise das políticas públicas de enfrentamento**. São Paulo: Cortez, 2016.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Mayra Carolina da Costa. **O aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia relatada nas mídias digitais**. Orientadora: Vilma Nonato de Brício. 2022. 24 f. Trabalho de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2022.

OLIVEIRA, Silvielly Andrade de. **Problematizando a violência sexual no contexto educacional: como as escolas têm se posicionado na identificação e no combate ao abuso sexual infantil**. Orientadora: Ana Cláudia Ribeiro de Castro. 2023. 72 f. Trabalho de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará, Bragança-PA, 2023.

PANTOJA, Bianca Nazaré. **Educação infantil do e no campo na Amazônia paraense: um olhar a partir do município de Soure**. Orientadora: Eliana Campos Pojo Toutonge. 2023. 50 f. Trabalho de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Soure, 2023.

PANTOJA, Suellen Beatriz Barroso. **A Educação em direitos humanos como eixo do planejamento curricular na educação básica: uma experiência no PIBID Pedagogia da UFPA**. Orientadora: Maria Gorete Rodrigues Cardoso. 2021. 36 f. Trabalho de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação. Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará, Bragança-PA, 2021.

PFEIFFER, João Baptista. **Pediatria: aspectos clínicos e preventivos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

RAIOL, Esmeralda de Jesus Barata. **Reflexões formativas sobre minhas experiências como educadora social no CRAS de Santarém Novo-Pará**. 2023. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará, campus de Capanema, 2023.

RODRIGUES, Rafaela Maria.; MELLO, Roseli Rodrigues de. Escolas no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes: análise bibliográfica de ações preventivas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 32, n. 123, p. e0244004, abr. 2024.

SANDERSON, Clive. **Abuso sexual em crianças**. São Paulo: M. Brooks do Brasil, 2005.

UNICEF. **Proteção integral de crianças e adolescentes contra a violência**. Brasília: UNICEF, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Biblioteca Digital de Monografias (BDM-UFPA)**. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/>. Acesso em: 24 set. 2025.

UFPA. Universidade Federal do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Bragança - Pará, 2012. Disponível em: <https://www.campusbraganca.ufpa.br/arquivos/PPC%27s/PPC%20Pedagogia%202012.pdf>. Acesso em: 03 novembro. 2025.